

# Leonidas acusa minoria de dominar Assembleia e ignorar déficit público

BRASÍLIA — O Ministro do Exército, Leonidas Pires Gonçalves, mostrou-se muito apreensivo com o quadro que o País está vivendo. Durante a reunião do Ministério, ontem, ele observou que não está notando a preocupação de grande número de constituintes com o déficit público e citou como exemplo o texto do anteprojeto do Relator Bernardo Cabral sobre a

anistia para os militares, que significará uma despesa adicional de CZ\$ 50 bilhões.

Acrescentou que, a par das repercussões internas nas forças militares, este fato foi objeto de ponderações feitas por ele e pelos Ministros da Marinha e da Aeronáutica aos constituintes. Por isso, não compreendia como um Governo que tem maioria expressiva na Constituinte não fazia valer os seus pontos-de-vista. Isto, segundo o Ministro Leonidas, está sendo observado nas Forças Armadas, particularmente no Exército, e ele esperava que os líderes ali presentes compreendessem essas preocupações e as levassem aos seus liderados, para que o texto da nova Constituição venha a refletir a sentimento médio do povo brasileiro, que é moderado. De acordo com o Ministro, é absolutamente inaceitável que a Constituinte seja dominada pelo pensamento de minorias extremadas sem o respaldo da opinião pública.

A intervenção do Ministro do Exército foi o momento mais tenso da reunião ministerial, segundo um participante. Quando terminou, Leonidas recebeu apoio imediato e entusiasmado do Líder do PFL na Câmara, Deputado José Lourenço. O Líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, tentou responder ao General, mas o Presidente José Sarney tomou a palavra e encerrou a reunião, às 13h25m, com uma frase: "Vamos trabalhar juntos".

Antes de Leonidas, o Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, defendeu o saneamento das finanças públicas argumentando que a transição democrática depende do controle da economia. Em seguida, o Presidente pediu a cada Ministro que colaborasse com as Lideranças do Governo na

## Governo vai apresentar sugestões para o anteprojeto de Constituição

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney recomendou a todos os membros do Governo o exame minucioso do substitutivo do Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), com o objetivo de apresentar sugestões que possam ser transformadas em emendas pelas lideranças da Aliança Democrática. A recomendação foi o ponto principal da reunião, ontem, do Ministério. Após o encontro, o Presidente explicou que a recomendação obedece à sua convicção de que a experiência de Governo e o conhecimento dos Ministros sobre a realidade



A partir da esquerda, Bresser, Leonidas, Brossard, o Presidente Sarney e Anibal Teixeira

Constituinte, oferecendo sugestões relativas às suas pastas: "Trata-se de um pedido, e lembro que não temos mais tempo para isso, em face do cronograma da Constituinte. É, portanto, uma tarefa urgente". Sarney deu como exemplo a mineração, dizendo que com o que dispõe o anteprojeto ela se torna praticamente impossível. E pediu a todos os Ministros que falassem com franqueza.

Após a exposição do Presidente, o Ministro do Exército cobrou dos Ministros e Líderes presentes solidariedade ao Governo, a fim de que o anteprojeto expresse a vontade política do Governo. Dizendo-se preocupado com o déficit público e ressaltando que os constituintes não devem pensar só no momento atual, mas também no futuro, citou o artigo 32 do anteprojeto, no que diz respeito à aposentadoria dos ex-combatentes. Aprovado em sua forma atual, de acordo com o Ministro, o valor da aposentadoria passaria de CZ\$ 4 mil para CZ\$ 22 mil. E, só no Exército, segundo ele, existem 20 mil pessoas nesta situação.

Já a solução encontrada pelo anteprojeto para a anistia significará, segundo ele, uma despesa adicional de CZ\$ 50 bilhões (CZ\$ 10 bilhões na Marinha, CZ\$ 15 bilhões na Aeronáutica e CZ\$ 25 mil no Exército). E pediu permissão ao Presidente para fazer algumas considerações: disse que está apreensivo, como muita gente, e gostaria de aproveitar a presença dos líderes da Aliança Democrática para manifestar suas preocupações, uma vez que, depois de consultas aos constituintes e a seus assessores parlamentares, observou que "a vontade política do Governo não está vigorando na Constituinte". Não está vigorando também, segundo o Minis-

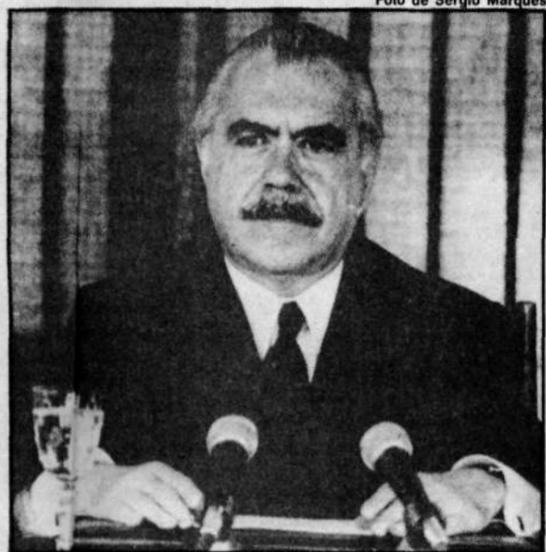
tro, junto à "maioria moderada" (os aliados do Governo na Assembleia). Deixou claro que mais tarde, no plenário, será ainda mais difícil alterar o texto do anteprojeto.

Por tudo isso, disse esperar o apoio dos políticos e dos partidos que sustentam o Governo modificassem este quadro, sob pena de o País não ter uma Constituinte que corresponda "aos desejos da maioria do povo brasileiro, que é moderado", e sim aos interesses de políticos ressentidos e preconceituosos que não pensam na grandeza futura do País.

Quando o Ministro terminou, o Presidente Sarney fez mais algumas considerações e o Deputado José Lourenço disse acreditar que a proposta que está sendo apresentada não é definitiva e que o texto definitivo estará em sintonia com as aspirações da sociedade brasileira.

O Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, reuniu-se no início da noite de ontem com o Líder do PFL na Câmara, Deputado José Lourenço, para uma rápida análise das declarações do Ministro do Exército, General Leonidas Pires Gonçalves, durante a reunião ministerial no Palácio do Planalto. Lourenço disse que encontrou-se com Ulysses porque "o PMDB e o PFL dividem a responsabilidade no processo de elaboração da nova Constituição" e a ninguém interessa "transformar a Constituinte em fato gerador de crises".

Logo depois do encontro com José Lourenço, o Presidente do PMDB e da Constituinte deixou o seu gabinete visivelmente preocupado com o episódio, mas se absteve de fazer qualquer comentário sob a alegação de que ainda não havia tomado conhecimento integral das afirmações do Ministro do Exército.



Sarney, na reunião, não tocou no sistema de governo

de brasileira devem ser aproveitados na atuação da Aliança Democrática. Ele assegurou não ter tocado, duran-

te a reunião, diretamente no tema do sistema de governo.

O Consultor Geral da República, Saulo Ramos, revelou que o Presidente Sarney lhe determinou colocar a Consultoria Geral à disposição dos constituintes, para a elaboração de emendas:

— Nós não vamos propor emendas, mas daremos todo o apoio possível e necessário para que aqueles que queiram apresentar emendas tenham na Consultoria o meio de dar-lhes redação e embasamento jurídico.

Saulo também disse que o Governo está disposto a lutar de todas as maneiras pelo sistema presidencialista e que o Presidente José Sarney só não se referiu diretamente ao problema, na reunião de ontem, por julgar desnecessário. O Consultor Geral falou com os repórteres ao dirigir-se ao gabinete presidencial para discutir, a chamado de Sarney, o substitutivo de Cabral, que criticou: "Está difícil de ler todo".

## Militares não aceitam quatro temas do texto

BRASÍLIA — Dois artigos, um sobre o papel das Forças Armadas, condicionado à "iniciativa expressa dos poderes constitucionais na defesa da ordem constitucional", e outro sobre o aproveitamento e aposentadoria dos ex-combatentes na Segunda Guerra Mundial, motivaram a reação crítica do Ministro do Exército, Leonidas Pires Gonçalves, ao substitutivo do Relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, Bernardo Cabral.

Mas o Ministro não se queixou apenas das dificuldades na sua Arma. Sua queixa, segundo informações colhidas no Palácio do Planalto, abrange as preocupações de todo o Governo. O sistema parlamentarista de governo preconizado pelo substitutivo soma-se à concessão da anistia restrita aos militares cassados como origem do descontentamento. A anistia foi, desde o início da Constituinte, mesmo na fase das subcomissões, como lembrou Leonidas ontem, a principal preocupação dos militares.

No fim dos trabalhos da Comissão de Organização Eleitoral e da Defesa do Estado e das suas Instituições, cujo Relator foi o Deputado Prisco Viana (PMDB-BA), os militares supunham que a questão estava encerrada. Depois de exaustivas negociações, chegou-se à fórmula de anistia parcial, sem reintegração dos cassados e sem indenização.

Nos dois últimos dias, com a manutenção da proposta original no anteprojeto de Bernardo Cabral, os meios militares deram os primeiros sinais de irritação. O Ministro Chefe do SNI, General Ivan de Souza Mendes, insistiu com o Relator para que alterasse sua proposta, advertindo-o de que as Forças Armadas a considerariam um confronto.

O Presidente José Sarney chegou a convidar o Deputado ao Palácio da Alvorada para ponderar que a insistência na sua proposta poderia criar um impasse institucional grave e que as Forças Armadas haviam cedido ao "limite do razoável". O texto foi alterado, mas não no ponto desejado por Sarney e os militares.

Até a noite de terça-feira, o substitutivo incluía um artigo que permitia a revisão judicial não só das cassações, mas de todos os atos do movimento de 1964. Ficou claro para o Deputado — depois de outras conversas que incluíram o General Leonidas —, que os militares não aceitariam o texto original. O substitutivo atual aproxima-se um pouco mais do desejado pelos militares, mas, como observou o Ministro do Exército, vai onerar em demasia os cofres públicos.

Em relação ao parlamentarismo, a principal restrição da área militar é a vinculação dos Ministros militares ao Primeiro-Ministro, e não ao Presidente da República. Os militares argumentam que a chefia das Forças Armadas não poderia ficar sujeita à instabilidade do Gabinete.

Dentro desse quadro — de conversas preliminares e avisos bastante claros —, o Palácio do Planalto está certo de que as declarações de Leonidas não chegaram a surpreender os presentes na reunião ministerial.

O Líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, está neste caso.

— Nesta questão do papel das Forças Armadas, por exemplo, acho que não deveriam retirar termos como da lei e da ordem constitucional e incluir a "iniciativa expressa" dos poderes constituintes. Estas incluições poderiam ocorrer numa segunda etapa, depois de sentir a reação do plenário e da sociedade.

O condicionamento das Forças Armadas à iniciativa expressa dos poderes constitucionais está bastante explícito no artigo 192. Ele estabelece: "As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa expressa destes, da ordem constitucional".

## Após início monótono, críticas do General agitam o ambiente

BRASÍLIA — A intervenção do Ministro do Exército, General Leonidas Pires Gonçalves, criticando o anteprojeto da nova Constituição, teve como efeito imediato o de prender a atenção dos demais ministros e parlamentares. Até então, a reunião ministerial da manhã de ontem transcorria monótona, pela falta de objetividade.

Durante 35 minutos, o Presidente Sarney, 26 ministros e cinco líderes da Aliança Democrática ouviram do Ministro da Fazenda, Luís Carlos Bresser Pereira, um rosário de queixas pela dificuldade em reduzir o déficit público. Depois, foi a vez dos demais ministros falarem sobre a situação de suas Pastas.

Em sua primeira intervenção, o General Leonidas Pires Gonçalves disse que concordava com as argumentações em favor dos cortes no déficit público, alinhadas pelo Ministro Bresser Pereira, mas que no Exército isso seria prática-

mente impossível. Afinal, segundo o Ministro, no orçamento destinado para seu Ministério faltavam CZ\$ 1 bilhão para atender apenas às necessidades básicas. Diante da queixa do General Leonidas, o Ministro do Planejamento, Anibal Teixeira, tratou logo de esclarecer que ocorreria um "engano" na Seplan e o orçamento seria refeito.

Foi quase ao final da reunião ministerial que o General Leonidas consultou um pequeno bloco de anotações, onde colocara suas ponderações, e criticou o anteprojeto da Constituição elaborado pelo Deputado Bernardo Cabral. Sentado na terceira cadeira à direita do Presidente Sarney, o Ministro do Exército disparou suas críticas para um alvo próximo a ele: 11 cadeiras à direita do Ministro estava sentado o Líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, um dos principais

auxiliares de Bernardo Cabral.

A prova de que o objetivo do Ministro do Exército fora atingido surgiu logo após o encerramento da reunião. Em seguida às palavras finais do Presidente, o Líder Fernando Henrique dirigiu-se rapidamente ao General Leonidas. A tarde, durante reunião no Ministério da Ciência e Tecnologia, Fernando Henrique deixou transparecer o golpe produzido pelas críticas de Leonidas. Visivelmente abatido, Fernando Henrique foi abordado pelo Senador Virgílio Távora (PDS-CE):

— Você parece que perdeu a cabeça em algum lugar — comentou Virgílio.

— É, eu perdi mesmo e o Chiarelli sabe onde — respondeu o Líder do PMDB, apontando para o Senador gaúcho, que também compareceu à reunião ministerial.